

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão. Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2019				V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)					
II - BALANÇOS PATRIMONIAIS (EM MILHARES DE REAIS)				(EM MILHARES DE REAIS)					
ATIVO		PASSIVO							
				01/07/2019 a 31/12/2019 (Não Auditado)					
				01/01/2019 a 31/12/2019					
				01/01/2018 a 31/12/2018					
CIRCULANTE	31/12/2019	31/12/2018	CIRCULANTE	31/12/2019	31/12/2018	RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	24.352	7.760	DEPÓSITOS (NOTA 12)	969.742	783.501	Resultado do semestre/exercício	53.640	101.321	84.320
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	57.523	4.017	Depósitos à Vista	401.925	289.486	AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	46.299	91.167	81.725
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.523	4.017	Depósitos Interfinanceiros	250.711	216.399	(Reversão) Provisão para operações de crédito	7.341	10.154	2.595
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	260.467	154.463	Depósitos a Prazo	84.065	70.577	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	7.308	5.190	(3.487)
Carteira Própria	260.467	154.463	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	468.506	404.957	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	117	612	447
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	290.727	408.535	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	41	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(564)	(817)	(294)
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	468.505	404.916	Depreciação do imobilizado de uso	2.101	4.154	3.886
Tesouro Nacional - Recursos Crédito Rural	2.469	660	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.867	4.785	Amortização do intangível	2.541	4.910	4.384
Correspondentes no País	1.329	913	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.867	4.785	Baixas do ativo permanente	16	130	141
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	286.929	406.961	OUTRAS OBRIGAÇÕES	93.444	84.273	(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(484)	(596)	517
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	897.038	758.189	Cobrança e Arrecadação de Tributos	621	657	Destinações ao FATES	(3.572)	(3.572)	(3.036)
Operações de Crédito	936.203	797.210	Sociais e Estatutárias	20.274	16.430	Dividendos SicrediPar	(122)	143	37
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(39.165)	(39.021)	Fiscais e Previdenciárias	5.257	4.144	VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(219.247)	(170.226)	(179.920)
OUTROS CRÉDITOS	62.441	52.418	Diversas (NOTA 14)	67.292	63.042	(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	11.509	(62.407)	(106.882)
Créditos por Avais e Fianças Honrados	595	490	NÃO CIRCULANTE	953.141	829.877	(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(260.467)	(106.004)	(9.400)
Rendas a Receber	4.924	4.402	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	953.141	829.877	Redução em relações interfinanceiras ativas	8.027	1	21
Créditos Específicos	-	769	DEPÓSITOS (NOTA 12)	850.332	781.696	(Aumento) Redução em créditos vinculados	(2.305)	(1.899)	294
Diversos (NOTA 08)	58.196	48.818	Depósitos Interfinanceiros	20.447	14.577	(Aumento) em relações com correspondentes	(427)	(417)	(138)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.274)	(2.061)	Depósitos a Prazo	829.885	767.119	(Aumento) em operações de crédito	(202.547)	(298.455)	(273.793)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.101	766	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	102.809	48.181	Aumento em relações interfinanceiras passivas	124.706	118.177	80.561
Outros Valores e Bens	4.339	2.409	Repasse Interfinanceiros	102.809	48.181	(Aumento) em outros créditos	(8.643)	(9.289)	(7.079)
(Provisão para desvalorização)	(2.391)	(1.779)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	458.907	393.803	(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.387)	(1.947)	57
Despesas Antecipadas	153	136	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	176.709	164.680	Aumento em depósitos	98.655	181.075	133.031
NÃO CIRCULANTE	787.141	621.033	De Domiciliados no País	176.717	164.689	Aumento em relações interdependências passivas	1.894	1.082	1.594
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	787.141	621.033	(Capital a Realizar)	(8)	(9)	(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(13.683)
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	135.191	126.290	RESERVAS DE SOBRAS	253.624	204.839	Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.949)	(5.401)	(5.774)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	135.191	126.290	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	28.574	24.284	Aumento em outras obrigações	14.687	15.168	21.271
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	563.564	409.147	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.381.790	2.007.181	ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente(Aplicado)	(165.607)	(68.905)	(95.600)
Operações de Crédito	599.122	439.660				Aquisição de Investimentos	(3.965)	(3.965)	(488)
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(35.558)	(30.513)				Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.319)	(6.007)	(4.228)
OUTROS CRÉDITOS	3.743	3.802				Aplicações no Intangível	(528)	(2.071)	(7.590)
Créditos por Avais e Fianças Honrados	42	-				ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente(Aplicado)	(6.812)	(12.043)	(12.306)
Diversos (NOTA 08)	3.879	4.009				Integralização de capital	1.364	2.538	3.947
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(178)	(207)				Baixa de capital	(4.793)	(10.565)	(10.303)
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	41.206	37.241				Juros ao capital próprio	(286)	(286)	(207)
Outros Investimentos	41.206	37.241				Distribuição de Sobras	-	(14.179)	(11.711)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	26.736	25.013				ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente(Aplicado)	(3.715)	(22.492)	(18.274)
Imóveis de Uso	10.472	10.437				AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(176.134)	(103.440)	(126.180)
Outras Imobilizações de Uso	42.463	37.717				Caixa e equivalente de caixa no início do período	487.416	414.721	540.901
(Depreciação acumulada)	(26.199)	(23.141)				Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	311.281	311.281	414.721
INTANGÍVEL (NOTA 11)	16.701	19.540							
Outros Ativos Intangíveis	39.132	37.061							
(Amortização acumulada)	(22.431)	(17.521)							
TOTAL DO ATIVO	2.381.790	2.007.181							

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

III - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não Auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Cooperativo		Total	Cooperativo		Total	Cooperativo		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	128.745	-	128.745	250.883	1	250.884	228.256	-	228.256
Operações de Crédito	121.813	-	121.813	237.025	1	237.026	216.131	-	216.131
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.907	-	6.907	13.802	-	13.802	12.038	-	12.038
Resultado das Aplicações Compulsórias	25	-	25	56	-	56	87	-	87
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(53.086)	(346)	(53.432)	(98.420)	(558)	(98.978)	(88.049)	(219)	(88.268)
Operações de Captação no Mercado	(25.140)	(346)	(25.486)	(49.007)	(558)	(49.565)	(47.021)	(219)	(47.240)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.186)	-	(13.186)	(24.997)	-	(24.997)	(23.133)	-	(23.133)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.760)	-	(14.760)	(24.416)	-	(24.416)	(17.895)	-	(17.895)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	75.659	(346)	75.313	152.463	(557)	151.906	140.207	(219)	139.988
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(35.755)	11.511	(24.244)	(67.939)	21.702	(46.237)	(64.763)	17.731	(47.032)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.484	22.193	32.677	44.113	64.883	108.996	19.309	38.386	57.695
Rendas de Tarifas Bancárias	10.815	-	10.815	21.043	-	21.043	20.131	-	20.131
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(32.676)	(4.612)	(37.288)	(61.891)	(9.854)	(71.745)	(61.845)	(8.148)	(69.993)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(25.471)	(4.462)	(29.933)	(49.315)	(8.385)	(57.700)	(52.457)	(8.909)	(61.366)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(60)	(1.009)	(1.069)	(195)	(2.019)	(2.214)	(195)	(1.710)	(1.905)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	22.703	1.127	23.830	42.917	1.306	44.223	51.987	1.250	53.237
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(21.550)	(1.726)	(23.276)	(41.268)	(3.459)	(44.727)	(41.693)	(3.138)	(44.831)
RESULTADO OPERACIONAL	39.904	11.165	51.069	84.524	21.145	105.669	75.444	17.512	92.956
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	414	650	1.064	(168)	642	474	(547)	918	371
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	40.318	11.815	52.133	84.356	21.787	106.143	74.897	18.430	93.327
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(511)	(511)	-	(4.507)	(4.507)	-	(2.180)	(2.180)
Provisão para Imposto de Renda	-	(286)	(286)	-	(2.764)	(2.764)	-	(1.227)	(1.227)
Provisão para Contribuição Social	-	(225)	(225)	-	(1.743)	(1.743)	-	(953)	(953)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(5.323)	-	(5.323)	(10.469)	-	(10.469)	(9.422)	-	(9.422)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	34.995	11.304	46.299	73.887	17.280	91.167	65.475	16.250	81.725
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	17.280	(17.280)	-	16.250	(16.250)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	34.995	11.304	46.299	91.167	-	91.167	81.725	-	81.725
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	1.095	-	1.095
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA REVERSÃO DE RESERVA	34.995	11.304	46.299	91.167	-	91.167	82.820	-	82.820
DESTINAÇÕES	-	-	-	(62.593)	-	(62.593)	(58.536)	-	(58.536)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.236)	-	(10.236)	(9.925)	-	(9.925)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.572)	-	(3.572)	(3.036)	-	(3.036)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(39.289)	-	(39.289)	(33.391)	-	(33.391)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(9.496)	-	(9.496)	(12.184)	-	(12.184)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	28.574	-	28.574	24.284	-	24.284

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)					
DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldos no início do período em 01/01/2018	151.860	159.245	-	22.283	333.388
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(18.838)	(18.838)
Distribuição de sobras para associados	9.458	-	1.114	(1.114)	(9.380)
Destinações para reservas	-	-	-	(2.331)	(2.331)
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.947	-	-	-	3.947
Baixas de capital	(10.303)</				

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05).....	192.714	130.307
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06).....	260.467	154.463
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04).....	286.929	406.961
Outros Créditos – Rendas a receber.....	4.044	3.738
Outros Créditos – Diversos (Nota 07).....	2.094	1.377
Investimentos (Nota 10).....	41.206	37.241
Intangível (Nota 11).....	12.717	14.362
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12).....	36.093	17.087
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13).....	571.314	453.097
Outras Obrigações – Diversas (Nota 14).....	45.438	37.049
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	9.247	12.038
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços.....	27.080	21.801
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21).....	27.073	34.150
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17).....	79	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado.....	1.488	90
Operações de Empréstimos e Repasses.....	24.997	23.133
Outros Dispersões e Despesas Administrativas (Nota 20).....	5.292	4.941
Outros Dispersões e Despesas Operacionais (Nota 22).....	19.632	19.042

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração) assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista.....	219	0,09%	789
Depósitos a prazo.....	3.731	0,41%	2.802
Operações de crédito.....	2.473	0,16%	1.937

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas-chave da administração.....	3.499	3.650

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás.....	1.637	1.482
Despesa de alugueis.....	4.797	4.540
Despesa de comunicação.....	2.887	2.689
Despesa de manutenção e conservação.....	4.057	4.845
Despesa de material.....	967	944
Despesa processamento dados.....	1.323	992
Despesa de promoções e relações públicas.....	4.710	7.003
Despesa de propaganda e publicidade.....	738	745
Despesa de seguro.....	667	1.205
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	5.936	5.633
Despesa de serviços de terceiros.....	1.384	1.368
Despesa de serviços de vigilância e segurança.....	3.339	3.167
Despesa de serviços de técnicos especializados.....	3.165	3.541
Despesa de serviços de transportes.....	3.459	3.444
Despesa de viagem.....	447	1.429
Despesa de depreciação e amortização.....	5.748	5.337
Depreciação e amortização (Rateio Confederação).....	3.316	2.933
Dispêndios assistência técnica, social e educacional.....	5.421	5.836
Outras despesas administrativas.....	3.702	4.233
Total.....	57.700	61.366

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas.....	1.690	3.469
Ingressos depósitos intercooperativos(i).....	26.080	32.913
Absorção de dispêndios FATES.....	5.401	5.774
Reversão de provisões operacionais.....	10.600	9.714
Outras rendas operacionais.....	452	1.367
Total.....	44.223	53.237

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito.....	7.390	7.668
Contribuições Cooperativistas.....	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores.....	1.236	631
Contribuição Confederação Sicredi.....	17.479	16.157
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste.....	1.670	1.834
Encargos da administração financeira.....	141	218
Repasso administradora de Cartões.....	634	870
Outras despesas de Cartões.....	2.970	2.934
Outras provisões operacionais.....	5.143	5.315
Despesas de fianças bancárias.....	4.295	4.441
Outras despesas operacionais.....	3.638	4.645
Total.....	44.727	44.831

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobragações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i).....	403.602	369.152
Cobragações em cessões de crédito.....	129	154
Total.....	403.731	369.306

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital
Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado
Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez
O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às

melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito
A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\Relatórios e Políticas\Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASELEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR).....	442.206	374.263
Nível I (NI).....	442.206	374.263
Capital principal - CP.....	442.206	374.263
Capital social.....	176.709	164.680
Reservas de capital.....	253.624	204.839
Lucros acumulados.....	28.574	24.284
Ajustes Prudenciais.....	(16.701)	(19.540)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).....	1.952.201	1.756.220
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	5.528	7.611
Margem de Capital (i).....	231.696	182.249
Índice de Basileia (PR / RWA).....	22,65%	21,31%
Situação de Imobilização (Imob).....	26.739	25.016
Índice de Imobilização (Imob / PR).....	6,05%	6,68%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Giovani John
Diretor Executivo
CPF: 666.099.760-15

Fernando Reichert Haas
Diretor de Operações
CPF: 962.677.800-82

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cerro Largo / RS, 052 de março de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serrão Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serrão Azul - Sicredi União RS) e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Jose Euclides Jung **Paulo Cesar Schaefer** **Clarice Maria Berwanger**
 Conselheiro Conselheiro Conselheira

VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serrão Azul - Sicredi União RS
(anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serrão Azul - Sicredi União RS) - Cerro Largo/RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serrão Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serrão Azul - Sicredi União RS) ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serrão Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-15P192685/O-9